

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social – ASCOM

Destaque: (em negrito) Matérias que citam o Ministro Bento Albuquerque ou o MME:

Sumário

VEÍCULO: Valor Econômico.....	1
Título: Lei de concessões e PPPs têm nova versão	1
VEÍCULO: O Estado de S. Paulo	4
Título: TCU impõe exigências para que governo retome as obras da usina de Angra 3.....	4
Título: Suspenso desde 2015, projeto é marcado por fraudes e sobrepreço	5
Título: » Bauxita.	6
VEÍCULO: O Globo.....	7
Título: De milho a cana, empresas apostam no ‘plástico verde’	7
Título: Brasil recicla apenas 26% do material, metade do índice europeu.....	9

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 26/02/2020

Seção: Brasil

Autor: Daniel Rittner — De Brasília

Título: Lei de concessões e PPPs têm nova versão

Após delicada costura entre oito ministérios diferentes, o governo acaba de fechar um texto substitutivo para o novo marco legal das concessões e parcerias público-privadas, que tramita em estágio avançado no Congresso Nacional. A nova versão do PL 7.063 foi encaminhada ao relator, deputado Arnaldo Jardim (Cidadania-SP), cuja proposta anterior era vista com ressalvas pelo ministro Paulo Guedes (Economia).

Para evitar um impasse na Câmara, o relatório de Jardim foi aprovado em comissão especial no fim do ano passado, mas mediante o compromisso de novas discussões sobre mudanças no projeto antes de sua votação em plenário. Os debates entre ministérios para fazer esses ajustes consumiram quase dois meses e o pacote de mudanças foi entregue pessoalmente ao deputado pelo ministro da Secretaria de Governo, Luiz Eduardo Ramos, às vésperas do feriado de Carnaval.

O substitutivo proíbe que concessionárias de serviços públicos entrem em recuperação judicial, como ocorreu com a operadora do aeroporto de Viracopos (SP), e facilita a tomada de controle societário pelos agentes financiadores do projeto (como bancos e detentores de debêntures) quando houver risco de insolvência - operação conhecida no mercado como “step in rights”. Abre-se também a possibilidade de intervenção administrativa caso descumprimentos contratuais afetem “substancialmente” a capacidade de execução dos serviços.

Antes resistente à proposta, o Palácio do Planalto finalmente concordou em revogar duas leis com jurisprudência consolidada - a 8.987/95 (que trata de concessões) e a 11.079/04 (sobre PPPs) - para criar um novo marco legal do setor, como defende Jardim.

“Estamos em paz com o relator”, afirma o secretário de Desenvolvimento da Infraestrutura do Ministério da Economia, Diogo Mac Cord, um dos principais negociadores do governo para o projeto. “Ele se mostrou disposto a nos ouvir e nós reconhecemos o protagonismo dele no processo.”

A aceitação pelo Planalto de uma nova Lei Geral de Concessões representa “vitória muito importante de conceito”, avalia o deputado Jardim, ponderando que o texto substitutivo ainda carece de análise mais detalhada e não se compromete a acatar os ajustes. “O gesto foi cordial, porque admitiram a consolidação, e vamos corresponder estabelecendo um bom nível de diálogo.”

Nada menos que 34 artigos do relatório aprovado em comissão foram suprimidos. “Cortaram muitos pontos e agora precisamos fazer uma análise rigorosa, respeitando nossas convicções”, diz Jardim. Ele garante que a intenção do presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), é aprovar o projeto neste semestre. “Estamos trabalhando para uma votação em março.”

Um dos trechos suprimidos é aquele que previa a possibilidade de “outorga carimbada” para um determinado projeto. Introduzido pelo relator, esse dispositivo permitia que o valor de outorga pago em um leilão fosse direcionado a investimentos específicos em obras públicas, sem passar pela contabilidade da União e sem sofrer amarras orçamentárias. A ideia tinha a simpatia do Ministério da Infraestrutura, mas era rechaçada pela equipe econômica.

Outro ponto que o substitutivo do governo busca excluir é o prazo de 360 dias, no máximo, para que agências reguladoras deliberem sobre pedidos de reequilíbrio econômico do contrato apresentados pelas concessionárias. O Planalto manteve intacto, porém, o prazo de 120 dias para que o Tribunal de Contas da União (TCU) faça análise prévia dos editais que requerem aprovação. A avaliação é que esse tema deve ser tratado em negociações diretas entre TCU e Congresso.

Uma das inovações é a possibilidade de concessão simplificada para projetos com investimento total inferior a R\$ 200 milhões e receita anual média abaixo de R\$ 40 milhões. Nesses casos, consultas públicas poderão ser virtuais e os estudos de viabilidade poderão ter um grau de complexidade menor.

Outra novidade gira em torno dos critérios de disputa nos leilões. Hoje existem, basicamente, duas formas de definir o vitorioso em um certame: maior valor de outorga (geralmente usado nas licitações de portos e aeroportos) e menor valor de tarifa (mais comum em projetos de rodovias e de energia elétrica). No caso das PPPs, que exigem aportes estatais, um fator bastante considerado é a menor contraprestação pedida pelo setor privado à administração pública.

Um novo critério seria a “menor receita auferida pela concessionária com prazo variável” para a exploração do serviço. Em outras palavras: o edital fixa um valor máximo para o fluxo de caixa dos investidores e ganha quem pedir menos - não importa o prazo. A duração do contrato varia conforme o fluxo combinado. Se o retorno do projeto supera as expectativas, o contrato termina antes. Se há frustração de receitas, a vigência é estendida.

Talvez o maior avanço no projeto substitutivo encaminhado pelo governo seja um capítulo inteiro dedicado ao “mecanismo de solução crítica” para as concessões. Ele prevê o estabelecimento de indicadores financeiros com o objetivo de avaliar a solvência da concessionária. Todos os contratos deverão incluir regras de monitoramento econômico, com testes de “impairment” periódicos. Quando o patrimônio líquido da concessionária ficar negativo, poderá ser autorizada a conversão da dívida em controle acionário. Intervenções de até três anos seriam permitidas.

“É uma forma de deixar claro para o mercado quando a vaca está olhando para o brejo, quando ela está caminhando para o brejo, quando caiu no brejo e quando só pode ser resgatada puxando-a pelas orelhas”, diz o secretário Mac Cord. Para ele, o grande mérito do projeto é definir regras claras para os investidores no momento em que, estimulado pela queda dos juros, o mercado de capitais torna-se essencial ao financiamento da infraestrutura.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 26/02/2020

Seção: Economia

Autor: Anne Warth Vinícius Valfré / BRASÍLIA

Título: TCU impõe exigências para que governo retome as obras da usina de Angra 3

Infraestrutura. Tribunal de Contas da União cobra justificativas para projeto que prevê conclusão de usina nuclear, que demandaria mais R\$ 15,5 bilhões em investimentos, além dos R\$ 8,3 bilhões já gastos; **Ministério de Minas e Energia** avalia encontrar sócio privado

O Tribunal de Contas da União (TCU) quer que o governo comprove que a retomada das obras da usina nuclear de Angra 3 é, de fato, a melhor alternativa para o País. O órgão cobra transparência da União e questiona as justificativas para concluir um empreendimento que deve demandar outros R\$ 15,5 bilhões, além dos R\$ 8,3 bilhões já gastos, para uma potência instalada de apenas 1.405 megawatts (MW), custeado pelas contas de luz. Os questionamentos constam de acórdão aprovado por unanimidade pelo plenário do TCU. O documento definiu uma série de exigências e de recomendações para que o Ministério de Minas e Energia (MME) e a Secretaria Especial do Programa de Parcerias de Investimentos (PPI) possam prosseguir com os estudos sobre o futuro de Angra 3. A usina foi incluída no PPI em julho passado.

Em sua análise, o TCU argumenta que, antes de definir um modelo para a retomada do empreendimento, o governo precisa explicitar se a obra ainda se justifica sob o ponto de vista elétrico e energético. A Corte de Contas menciona estudo do Instituto Escolhas e da consultoria PSR, antecipado pelo Estado, que mostrou que o custo da energia a ser produzida pela usina será o mais alto entre todas as fontes disponíveis no País. A análise conclui que desmontar a usina e substituí-la por parques solares no Sudeste geraria uma economia de R\$ 12,5 bilhões aos consumidores. Diante da polêmica, uma das recomendações do TCU é que o governo faça uma consulta pública para ouvir os agentes do setor antes de tomar uma decisão sobre a retomada ou o cancelamento do projeto, expondo estudos, modelos e opções. Alternativas. Desde o fim de 2018, o governo estuda formas de retomar as obras de Angra 3.

No ano passado, o BNDES sondou o setor para testar um modelo aceitável pelos investidores – um novo sócio privado ou a contratação de uma empresa. A instituição estuda agora uma terceira alternativa. Apesar do alto custo, o governo tem sinalizado que o investimento é fundamental para manter a cadeia, que inclui o submarino e o reator multipropósito. Para o TCU, se essa é a conclusão, ela precisa ser explicitada na forma de uma política pública destinada ao setor nuclear que não seja custeada, unicamente, pelas tarifas de energia. Uma das principais exigências feitas pelo TCU ao MME é justamente a conclusão da apuração dos atrasos nas obras da usina – tecnicamente chamado de excludente de responsabilidade. O processo visa a responsabilizar os culpados pelos atrasos e sobrecustos na obra. Para a Corte, essa etapa é fundamental para evitar que esses desvios recaiam inteiramente nas tarifas de energia e possam ser arcados também pelas empresas envolvidas e pela própria Eletronuclear.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 26/02/2020

Seção: Economia

Autor: Anne Warth Vinícius Valfré / BRASÍLIA

Título: Suspenso desde 2015, projeto é marcado por fraudes e sobrepreço

Em caso de retomada da obra, Tribunal de Contas da União quer estabelecer cobrança de multas por novos atrasos

Problemas políticos e administrativos na condução de Angra 3 se confundem com o próprio empreendimento. Antes mesmo da Lava Jato, várias fiscalizações do TCU já haviam apontado fraudes em licitações, sobrepreço, gestão fraudulenta de contratos, inviabilidade econômica e outros problemas. Também acendeu o sinal de alerta no TCU corte de 40% nos investimentos da Eletronuclear e a “delicadíssima situação financeira” da empresa. Encontrar uma solução para o imbróglio é também necessário para que o governo possa prosseguir com os planos de privatização da Eletrobrás. Como a exploração nuclear é monopólio da União, será preciso cindir a companhia, já que a Eletronuclear é subsidiária integral do grupo.

Projeto do período militar, Angra 3 começou a ser construída na década de 80, mas paralisada pouco depois por dificuldades políticas e econômicas, após a explosão do reator da usina de Chernobyl, na Ucrânia. O projeto brasileiro ficou engavetado por 25 anos, até ser retomado em 2009 no governo Lula. O custo estimado para o término do projeto era de R\$ 8,3 bilhões à época, e a conclusão da obra estava prevista para 2014. Investigações realizadas pela Polícia Federal

revelaram desvios de recursos na obra e resultaram na prisão de executivos da Eletronuclear. Entre idas e vindas, está suspensa desde 2015 (governo Dilma) e com execução de obras de 62%. Foi uma investigação relacionada a Angra 3 que levou para a prisão o ex-presidente Michel Temer, em 2019.

Multas. Como parte das exigências impostas para a retomada das obras, o TCU quer o estabelecimento de marcos temporais que possibilitem a aplicação de multas por parte da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) em caso de novos atrasos na implantação da usina e datas definidas para início da operação, bem como penalidades em caso de descumprimento. O TCU também estipulou que o preço da energia a ser gerada por Angra 3 só deverá ser definido pela secretaria do PPI após “avaliação independente das obras”. É uma cobrança em relação a uma decisão do fim de 2018, quando o governo dobrou o preço de referência do empreendimento dos atuais R\$ 243,00 por megawatt-hora (MWh) para R\$ 480.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 26/02/2020

Seção: Colunas

Autor: CIRCE BONATELLI, CRISTIANE BARBIERI, FERNANDA GUIMARÃES E CYNTHIA DECLOEDT

Título: » Bauxita.

Coluna do broadcast

A Companhia Brasileira de Alumínio (CBA) e a empresa de soluções logísticas VLI fecharam uma parceria que permitirá o transporte, por ferrovia, de 1,5 milhão de toneladas de minério de bauxita, partindo das minas da própria CBA em Barro Alto (GO) e Poços de Caldas (MG) até sua fábrica em Alumínio (SP). Para levar adiante o projeto, foi aumentada a extensão dos trens de 70 para 90 vagões e aperfeiçoados processos de carga, descarga e circulação.

» **Mais luz.** O Grupo Luminae tem como meta crescer 40% este ano e atingir R\$ 280 milhões em faturamento. Especializada em soluções de iluminação eficiente, a companhia avançou na parceria com o Grupo Pereira e concluiu o primeiro projeto de geração de energia solar para uma das maiores redes atacadistas da Região Centro-Oeste. A estimativa é que o sistema gere 42% em economia de energia para a varejista, o que vai representar um ganho financeiro acima de R\$ 130 mil por ano.

VEÍCULO: O Globo**Data: 26/02/2020****Seção: Economia****Autor: RAMONA ORDONEZ E BRUNO ROSA****Título: De milho a cana, empresas apostam no 'plástico verde'**

Resinas feitas a partir de fontes renováveis são só 1% da produção global, mas atraem gigantes do setor

O plástico, produzido a partir do petróleo, tornou-se um dos grandes vilões do meio ambiente. O uso de sacolas de supermercados, copos e canudinhos vem sendo cada vez mais regulado. Embora o consumo de plástico no país deva crescer 1,5% neste ano, para 7,2 milhões de toneladas, essa aversão vem provocando uma espécie de revolução silenciosa em toda a cadeia da indústria petroquímica, cada vez mais consciente de que as restrições afetarão seus negócios.

De um lado, há o desenvolvimento de tecnologias para produzir resinas plásticas a partir de fontes renováveis, como cana-de-açúcar, milho, mandioca e batata. De outro, a busca pela reutilização do material altamente poluente que hoje é descartado na natureza.

De acordo com a European Bioplastics, associação das empresas do setor, os plásticos feitos a partir de fontes renováveis respondem por apenas 1% da produção global de plásticos, de 359 milhões de toneladas. Mas uma série de iniciativas deve incrementar essa fatia, inclusive no Brasil.

— Há um esforço de toda a indústria em criar novos plásticos, mais leves e mais fáceis de serem reciclados, a partir de fontes renováveis. Essas soluções ainda são muito novas e muitas ainda estão em fase inicial. Mas são extremamente importantes para o futuro - disse José Ricardo Roriz, presidente da Associação Brasileira da Indústria do Plástico (Abiplast).

EMBALAGEM SUSTENTÁVEL

No Brasil, a Braskem, maior produtora de resinas da América Latina, vem investindo no desenvolvimento de plásticos a partir da cana-de-açúcar. A companhia tem uma unidade no Rio Grande do Sul voltada para esse tipo de plástico, que consumiu investimentos de US\$ 290 milhões.

A empresa se prepara para atingir a produção de 10 mil toneladas por ano de uma resina a partir do etanol (chamada de Eva), que tem aplicação para diversos setores, como o de calçados e automotivo, entre outros. E estuda ampliar suas operações.

— A gente imagina que a demanda pelo plástico verde vai crescer mais rápido do que a do plástico de origem fóssil (a partir do petróleo), e a gente avalia oportunidade de novos investimentos — disse Edison Terra, vice-presidente da Unidade de Olefinas e Poliolefinas da Braskem na América do Sul.

Segundo ele, há uma demanda crescente no mercado por esse tipo de produto, e a companhia tem analisado novas alternativas possíveis de investimento, mas ainda não foi tomada qualquer decisão nesse sentido.

— Trabalhamos em diferentes opções de aumento de capacidade da produção do plástico verde. Estamos sempre atentos a oportunidades de negócios sustentáveis — afirmou Terra, destacando que a companhia vem desenvolvendo pesquisas para buscar outras fontes renováveis.

Na ponta dessa cadeia, a indústria vem adotando com rapidez as inovações. É o caso da Copapa, uma fabricante de papel higiênico que usa plástico feito a partir do milho. Fernando Pinheiro, diretor executivo da Copapa, lembra que, ao iniciar uma série de mudanças sustentáveis em sua linha de produção, buscou novas opções para o plástico usado nas embalagens do papel higiênico.

Após estudar alternativas, passou a usar uma resina a partir do milho, que é importada da Alemanha. A troca faz parte dos R\$ 10 milhões que a companhia investiu em pesquisa e desenvolvimento.

— O plástico ganhou uma fama de vilão no mundo todo. Hoje, a dificuldade é buscar os fornecedores certos. Apesar de termos um custo maior com o plástico feito de milho, reduzimos a margem de lucro para que o produto fosse acessível - disse Pinheiro, cuja unidade fabril fica em Santo Antônio de Pádua, no Rio de Janeiro.

‘LAVAGEM VERDE’

Kate Melges, especialista na campanha de plástico do Greenpeace nos Estados Unidos, critica a busca pelo plástico verde. Ela diz que mudar de plástico descartável para papel, bioplástico ou até materiais com postáveis não é solução.

— Isso é apenas uma lavagem verde usada por multinacionais para manter viva a cultura descartável. E com apenas 9% do plástico produzido realmente reciclado no mundo, sabemos que esse também não é o caminho a seguir — afirmou Kate.

Para ela, não se pode considerar o plástico de base biológica recurso renovável: — Não é renovável, pois há pressões do uso da terra e de emissões e processos agrícolas. O plástico de base biológica representa cerca de 1% do plástico do

mundo. E a maioria do mercado não é 100% (de fonte renovável), mas, sim, uma combinação de material com origem em combustível fóssil e não fóssil.

VEÍCULO: O Globo

Data: 26/02/2020

Seção: Economia

Autor: RAMONA ORDONEZ E BRUNO ROSA

Título: Brasil recicla apenas 26% do material, metade do índice europeu

Além da busca de mais fontes renováveis, outra área de atuação da indústria é a reciclagem do plástico. O Brasil tem hoje um índice de reciclagem de 26%, percentual bem abaixo do de países da Europa, como Portugal, Espanha e Alemanha, cuja taxa oscila entre 40% e 50%.

Edison Terra, vice-presidente da Unidade de Olefinas e Poliolefinas da Braskem na América do Sul, destaca as iniciativas que visam ao reaproveitamento do plástico. Segundo ele, outra frente de trabalho é conseguir produzir novamente uma resina plástica com qualidade a partir da reciclagem dos materiais usados.

—Temos trabalhado de forma conjunta com toda a cadeia petroquímica para encontrar soluções para os resíduos de plásticos, porque é um problema que não dá para ignorar — explicou Terra.

Hoje, no Brasil, a reciclagem de plástico ainda é pequena: cerca de um quarto de todo o material descartado é reaproveitado, dizem a Braskem e a associação do setor.

— Estamos investindo no desenvolvimento de tecnologias no campo da reciclagem química, e o nosso foco é transformar plásticos pós-consumo, como sacolinhas de mercado e filmes de embalagens de salgadinhos e biscoitos, novamente em produtos químicos que podem ser utilizados em diversas cadeias de valor — destacou Terra.

A SC Johnson, fabricante de produtos como Off e Raid, selou uma parceria com a canadense Plastic Bank, que recolhe e recicla garrafas e sacos que chegam aos mares.

CENTROS DE COLETA NO RIO

A organização, que acabou de abrir três centros de coleta no Rio, vai inaugurar seis novas unidades entre fevereiro e maio deste ano. David Katz, presidente da empresa e idealizador da iniciativa, diz que os novos locais ainda não foram definidos.

— Pretendemos estar em áreas vulneráveis socialmente, perto da região da Baía de Guanabara. O Rio é a nossa primeira cidade escolhida fora da Ásia — afirmou.

A Plastic Bank paga pelo plástico que recebe de catadores. Segundo o Sindicato Independente de Recicla-dores do Rio de Janeiro, existem cerca de 300 mil catadores independentes que dependem da coleta de materiais recicláveis nas ruas.

O que o centro de coleta faz é revender esse plástico a empresas. A SC Johnson, por exemplo, vai lançar neste ano uma garrafa 100% reciclada para uma de suas marcas.

— Construir uma infraestrutura que interrompa o ciclo desses resíduos antes que terminem no oceano é fundamental — disse Fisk Johnson, presidente do Conselho de Administração e presidente executivo da SC Johnson.

MME / ASCOM .